

SCMB – Sistema Colégio Militar do Brasil na preparação e formação de nossas oficiais e praças do segmento feminino

Ater Alves de Mattos*

Introdução

Historicamente, até há bem pouco tempo, as dificuldades de inserção das mulheres nas organizações militares, comparativamente aos homens, relegavam essas profissionais às posições subalternas ou restritas a cargos assistenciais e administrativos.

Hoje, em meio ao convívio de oficiais e praças, há papéis importantes desempenhados por homens e mulheres dentro das organizações militares, em uma correlação de gêneros (homem/mulher) que vem sendo bem administrada por uma série de mecanismos institucionais, incentivando e mantendo a participação, ora proporcional ora igualitária, de mulheres em nossos quartéis.

Reconhecer valores femininos por meio da meritocracia na carreira militar é uma conquista, um passo a mais para a quebra de desigualdades.

Neste artigo, uma breve reflexão será feita acerca das igualdades (homem e mulher) nas Forças Armadas brasileiras, em que a participação feminina tem sido observada como eficiente nas funções antes atribuídas apenas aos homens.

Exército Brasileiro

A contribuição do Exército para a cultura nacional e a valorização do homem brasileiro,

conquanto seja assunto de evidente interesse histórico e social, não tem merecido o adequado enfoque pelos que escrevem a história da educação nacional (Tavares *apud* Luchetti, 2006, p. 63).

Em um panorama histórico-cultural sobre o Exército Brasileiro, considera-se o dia 19 de abril de 1648 como um marco histórico, pois é quando se revela, de maneira verdadeira e genuína, as raízes da mais antiga das três Forças Armadas nacionais. Pela primeira vez na história, silvícolas brasileiros, africanos escravizados ou libertos de várias etnias, brancos portugueses e brasileiros natos (como verdadeiros soldados) se uniram para reconquistar o território há anos ocupado pelos holandeses no nordeste do Brasil, dando oficialmente origem ao Exército Brasileiro (EB).

Desde a sua criação, a despeito de questões sociais e ideológicas junto à população civil, o que sempre se viu na Força é uma preocupação com a formação e a educação, como oportunidades, acompanhada de um interesse em formar cidadãos em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

No que tange ao Exército e ao ensino militar, esse processo abrange vários níveis:

- I – formação;
- II – graduação;
- III – especialização;

* Sub Ten Mus (CFS/2001). Pós-graduado nas Faculdades Integradas Simonsen/2002. Atualmente, é professor de língua portuguesa no CMRJ.

IV – extensão;

V – aperfeiçoamento;

VI – altos estudos;

VII – preparação (desde o ensino fundamental e médio).

Tem sido uma grande jornada no transcorrer dos últimos 123 anos, uma data que remonta o “primogênito sonho de Caxias”, até culminar na criação do primeiro colégio militar, o do Rio de Janeiro. Desde então, o SCMB atua prestando assistência aos filhos de militares e de civis, participando das diversas modalidades de avaliações do Ministério de Educação e Cultura. Cabe ressaltar que o sistema é reconhecido como um órgão de educação básica de escolas públicas do Brasil.

No nível de preparação, como fato e fator positivo observado, há tempos o modelo de projeto pedagógico do Sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB) vem sendo copiado pelas forças auxiliares. Sob sua administração, as polícias militares estaduais implantaram, em algumas escolas públicas, projetos adaptados ao modelo SCMB, voltados, por vezes, ao público e à população mais carente (dentro da ideia assistencialista). Destacamos, com louvor, o tradicional Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais, embora haja tantos outros excelentes colégios em Pernambuco, Bahia, Manaus, Palmas e Paraná.

Assim, a estruturação de um exército compatível com as necessidades vigentes passaria inevitavelmente pela formação de um corpo de oficiais como primeiro elemento, no sentido de reformar o Exército para dar-lhe disciplina e instrução. Ideia que tem sua materialização com a criação da Real Academia Militar, dois anos após

a chegada da Família Real, aprovada pela Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810 (Tavares, 2008, p. 50-51).

O Exército Brasileiro é embasado na hierarquia, na disciplina e também em valores, que são trabalhados durante todo o período de formação de um militar, compatível com as necessidades vigentes e inevitáveis na formação de um bom militar.

Art. 2º Os CM são Organizações Militares (OM) que funcionam como estabelecimentos de ensino (Estb Ens) de educação básica, com a finalidade de atender ao Ensino Preparatório e Assistencial.

Art. 3º A missão dos CM é ministrar a educação básica nos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e no ensino médio.

Art. 4º A ação educacional desenvolvida nos CM é feita segundo os valores e as tradições do Exército Brasileiro, cuja proposta pedagógica tem as seguintes metas gerais:

I – permitir ao aluno desenvolver atitudes e incorporar valores familiares, sociais e patrióticos que lhe assegurem um futuro como cidadão, cônscio de seus deveres, direitos e responsabilidades, em qualquer campo profissional que venha a atuar;

II – propiciar ao aluno a busca e a pesquisa continuada do conhecimento;

III – desenvolver no aluno a visão crítica dos fenômenos políticos, econômicos, históricos, sociais e científico-tecnológicos, preparando-o a refletir e a compreender, e não apenas para memorizar, uma vez que o discente deverá aprender para a vida e não mais, apenas, para fazer provas;

IV – capacitar o aluno à absorção de pré-requisitos, articulando o saber do discente ao saber acadêmico, fundamentais ao prosseguimento dos estudos, em detrimento de conhecimentos supérfluos que se encerrem em si mesmos;

V – estimular o aluno ao hábito saudável da atividade física, buscando o desenvolvimento corporal e o preparo físico, incentivando-o à prática constante do esporte;

VI – despertar a vocação para a carreira militar. (Brasil, 2008)

Aprovado pela Portaria do Cmt Ex nº 42, de 6 de fevereiro de 2008, o Regulamento dos Colégios Militares (R-69) direciona, em princípios gerais e preceitos, o SCMB, que foca em uma primaz destinação assistencial, que ascende em finalidade preparatória aos estabelecimentos de ensino civis e militares.

Com isso, a preparação, a formação e a educação militar são ministradas a todos os militares sem exceção, mesmo para aqueles que já chegam à instituição com uma formação civil.

Por ser e ter uma complexa estrutura e mecanismo, existem órgãos responsáveis por toda a formação educacional da tropa.

O DECEEx – Departamento de Educação e Cultura do Exército, por exemplo, tem como atribuições: orientar e coordenar as atividades educacionais nas Linhas de Ensino Militar Bélico, de Saúde e Complementar.

Já a missão da DEPA – Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial, órgão subordinado ao DECEEX, é coordenar as atividades de planejamento e condução do Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), bem como cooperar nas atividades didático-pedagógicas da Fundação Osório.

Sistema Colégio Militar do Brasil

Atualmente, o SCMB conta com 15 colégios militares. Em seu centenário, o Colégio Militar do Rio de Janeiro teve a honra e a grandeza de admitir o ingresso de meninas como alunas em 1989 (com a primeira turma mista formada em 1995). Em 2005, Priscila Alvares foi a primeira coronel-aluna na história da instituição. A coronel-aluna Letícia Cardoso foi a primeira menina a entrar para o Pantheon Literário do colégio, em 2015.

Atualmente, o Colégio Militar do Rio de Janeiro tem como apoio:

AACM – Associação dos Ex-Alunos dos Colégios Militares;

APM – Associação de pais e mestres;

O SCMB enaltece nossa instituição, somando a mais alta qualidade de ensino. Com isso, nossos CMs (colégios militares) são conhecidos pela disciplina e regras de comportamento e vestimenta aplicadas aos alunos.

» **Regras para os meninos:**

1. Utilizar todo o uniforme do colégio militar;
2. Cabelo com padrão militar (sem topetes, moicanos, desenhos, tranças, Black Power);
3. Não utilizar *piercing*, brinco, alargador ou similares quando estiver utilizando o uniforme ou participando das atividades escolares;
4. Proibido faltar com respeito às autoridades e funcionários do colégio, entre outras.

» **Regras para as meninas:**

1. Cabelos longos devem estar devidamente presos em um coque com redinha preta;
2. Cabelos curtos podem estar soltos, desde que não ultrapassem a nuca e a franja permaneça presa;
3. É proibido o uso de maquiagens, esmaltes e brincos chamativos;
4. Não utilizar *piercing*, alargador ou similares quando estiver utilizando o uniforme ou participando das atividades escolares;
5. Proibido faltar com respeito às autoridades e funcionários do colégio, entre outras.

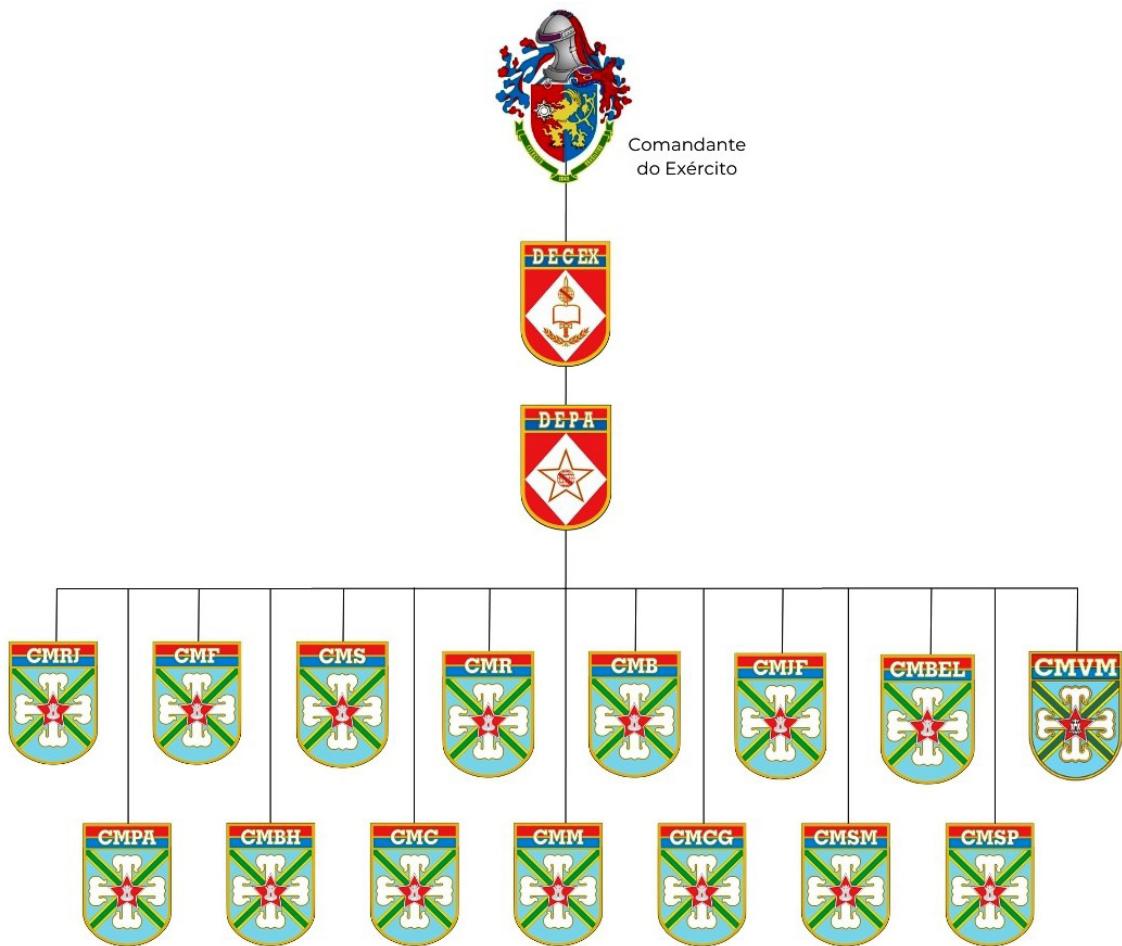


Figura 1 – Organograma da Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial – (DEPA)
 Fonte: Copilado do site <http://www.depa.eb.mil.br/subordinacao>

Primeiras mulheres na Força

Há tempos, temos como exemplo Maria Quitéria de Jesus (27 de julho de 1792 – 21 de agosto de 1853) como a primeira mulher a participar das organizações militares brasileiras.

Outro relato importante da participação feminina deu-se, dentro da legalidade, em 1944, em meio à guerra e por meio do serviço voluntário de enfermeiras no atendimento aos combatentes feridos no front na Europa durante os conflitos da Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, a incorporação das mulheres no ordenamento militar brasileiro também começou

a sofrer alterações, sobretudo a partir da década de 1980, por meio da Lei nº 6.807/1980, que promoveu a igualdade de gênero na Marinha com a criação de novos quadros compostos por mulheres, de forma que espaços historicamente masculinos começaram a ser ocupados pelo público feminino (Souza, 2017).

Os desafios enfrentados pela mulher militar

A defesa de argumentos cujo objetivo é impedir a plena inserção de mulheres nas forças armadas versa que a ocupação de posições combativas por mulheres leva ao enfraquecimento da instituição militar. Assim, consequentemente,

supõe-se pelas construções tradicionais discriminatórias de gênero que as mulheres são incapazes de exercer as funções de combate, já que, “características físicas e psicológicas das mulheres fazem delas combatentes menos eficazes, incluindo fatores como a força física, menstruação, gravidez, emocionalidade e capacidade de funcionar sob *stress*” (Carreiras, 2013, p. 6).

Atualmente, as mulheres, no Exército, já alcançaram o oficialato superior, no posto de coronel. Tantas outras estão em ascensão, nos postos de tenente, capitão, major e tenente-coronel, estando em número crescente como praças, já havendo muitas militares como sargento de carreira ou temporário.

Com as devidas mudanças e proporções, a visão e a aversão que se têm das mulheres, segundo estereótipos constituídos ao longo do tempo e da história, representam os maiores e principais desafios enfrentados por aquelas que optam por seguir a carreira militar, sobretudo em razão de frágeis argumentos de fatores limitantes, como *stress*, fraqueza, aparência e limitações físicas e emocionais.

As forças armadas também são frequentemente usadas para mais do que o combate às guerras, contribuindo para os esforços de estabilização, por exemplo, e, portanto, a mulher apresenta suma relevância como agente também da paz (Bryce, 2017).

Na prática, homens e mulheres, na distribuição e diversificação de suas funções, podem ser aceitos de forma natural, apresentando-se como um

componente essencial para qualquer aparato militar e sucesso em qualquer missão, pois tanto homens quanto mulheres podem viabilizar a boa comunicação e negociação em ações de paz e conflito.

Desse modo, é importante destacar que “o problema não se refere tanto sobre quem faz o quê, mas quem define os papéis do outro e se, tanto homens quanto mulheres, têm escolha” (Honorato, 2016, p. 39).

Considerações finais

O tema deste artigo traz uma soma ao moderno perfil militar, que deve se refletir na igualdade de gênero para que seja evidente a ampliação dos direitos civis e políticos da sociedade em um contexto pós-moderno que se observa na atualidade. Ainda há, contudo, um longo caminho a ser percorrido. O aparentemente frágil poderá se tornar forte e resistente por intermédio de uma preparação e formação digna e igualitária como se vem fazendo na Força. Sem abrir mão do apoio familiar e do SCMB, é preciso que o tema seja ainda mais discutido e explorado. A nova geração de militares, professores e pedagogos tem essa missão: fazer crescer a importância do segmento feminino dentro da nossa Força Terrestre.

Referências

- ALMEIDA, Victor Hugo de Araújo. **Mulheres nas Forças Armadas brasileiras:** situação atual e perspectivas futuras. Cadernos ASLEGIS, 2014.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BRYCE, Hannah. **Could more women soldiers make the Army stronger?** Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-41969817>. Acesso em: 30 maio 2019.

CAMARGO, W. **Mulheres nas Forças Armadas:** desenvolvimento histórico-jurídico da participação feminina na defesa nacional. 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/72412/mulheres-nas-forcas-armadas-desenvolvimento-historico-juridico-da-participacao-feminina-na-defesa-nacional>. Acesso em: 20 abr 2019.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Port C Ex nº 1.714, de 5 abril 2022 – **Regulamento dos Colégios Militares** (EB10-R-05.173), 2. ed., 2022.

LUCHETTI, Maria Salute Rossi. **O Ensino no Exército Brasileiro:** histórico, quadro atual e reforma. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba. Faculdade de Ciências Humanas: Piracicaba, 2006.

LUDWIG, Antônio Carlos Will. **Democracia e Ensino Militar.** São Paulo: Cortez, 1998.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **A história de mulheres nas Forças é repleta de lutas e conquistas.** Brasília, 7 mar 2016.

TAVARES, Kleber da Silva. **A ética castrense e a intervenção militar como recurso de manutenção da ordem institucional.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2008.